

ANO 28 - NÚMERO 410 - 20 A 24/03/2023

PACTU



Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

REUNIÃO COM FENABAN:

Bancários cobram combate ao assédio e valorização das mulheres



Os bancos se comprometeram a acolher a pauta de reivindicações da categoria para o combate à violência de gênero e contra a desigualdade entre homens e mulheres no trabalho. **PÁGINA 3**

AMERICANAS Bradesco socializa prejuízos

A estimativa é de que os funcionários do Bradesco perderam em torno de 14% da PLR em 2022. A sociedade também perdeu com a manobra fiscal do banco, que provisionou 100% do calote de R\$ 4,9 bilhões da Americanas, deixando de repassar à União R\$ 1,8 bilhões em impostos.

PÁGINA 4

Reindustrialização:

Globo defende submissão econômica do Brasil

Página 2

Teletrabalho

BB se compromete a apresentar mudanças

Página 3



CAIXA

Rita Serrano e Contraf-CUT debateram demandas dos empregados

Página 3

Reindustrialização: Globo defende submissão econômica do Brasil



O presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) certamente já sabia o tamanho do desafio que teria de enfrentar assim que assumisse, pela terceira vez, a cadeira presidencial. Um deles é a tarefa de pacificar o país, ainda que alguns políticos bolsonaristas insistam em propagar o discurso de ódio, como tem feito por exemplo o deputado federal Sargento Fatur (PSD-PR). O outro, a necessidade de retomar o processo de desenvolvimento econômico, mas priorizando o social. Um dos cenários mais promissores para Lula é a reindustrialização do país como forma de gerar emprego, renda e progresso. Lula indicou o economista Aloizio Mercadante para presidir o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e deu a ele a tarefa de defender o projeto de reindustrialização do país. E não precisou mais nada para o governo e o próprio Mercadante se tornarem alvos da mídia e de poderosos setores da economia, que refutam a ideia de um país independente. Em editorial publicado no dia 15/12/2022, portanto, antes da posse do presidente Lula, o jornal *O Globo* publicou uma prova da subserviência e viralatismo da burguesia brasileira. Não apenas disparou contra Mercadante, tentando desqualificá-lo para o cargo, como também defendeu vergonhosamente a submissão econômica do Brasil aos países industrializados. É a velha mídia corporativa de sempre. O jornal carioca, que ostenta a opinião da família Marinho e da Rede Globo, chegou a dizer que “a desindustrialização é uma tendência global” e que “melhor seria preparar o país para aproveitar as oportunidades criadas pela disputa comercial entre China e Estados Unidos, com maior abertura do mercado e fechamento de indústrias zumbis mantidas graças a proteções e incentivos”. E defendeu a continuidade das privatizações do patrimônio do povo brasileiro, onde os bancos, maiores clientes da Globo, são os principais compradores de ativos, sempre a preço de banana.

O novo “Monteiro Lobato”

Não é de hoje que a velha mídia criminaliza quem defende a industrialização e o Brasil soberano. O editorial da Globo lembra muito a burguesia brasileira que se contrapunha ao escritor Monteiro Lobato, que, na década de 1930, foi preso por contrariar os poderosos e defender a exploração de petróleo pelos brasileiros. A imprensa da época dizia que o país deveria importar combustíveis dos EUA ao invés de perder tempo furando poços. Hoje, no entanto, somos um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Não é por burrice ou ignorância que a Globo e toda a velha mídia corporativa propagam opiniões desse tipo. Existe um método e má-fé nesse pensamento. Portanto, não é surpresa que a família Marinho e os jornalões queiram fazer de Aloizio Mercadante um novo Monteiro Lobato: nunca tiveram compromissos com o país e com os brasileiros, mas somente com os banqueiros e a especulação financeira.

Desindustrialização só beneficia os ricos

A abertura econômica adotada desde 1990 trouxe mais prejuízos que benefícios. Para os mais ricos, a abertura econômica é muito confortável, pois a exportação de *commodities* com excelentes preços no mercado internacional garante o aumento da fortuna. Essa pequena parcela abastada da sociedade geralmente gasta seu dinheiro com viagens internacionais e compras em centros turísticos fora do Brasil. Já para a maioria da população restaram consequências severas: perda de empregos e de qualidade de vida.

Por que reindustrializar o Brasil?



O presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) defende a ideia de que reindustrializar o Brasil é um caminho mais rápido para a retomada do desenvolvimento econômico e social do país. Na história do Brasil, há exemplos de sucesso do modelo econômico nacional desenvolvimentista. Entre as décadas de 1930 e 1980, quando o governo brasileiro implantou o processo de industrialização substitutiva de importações e atuou como indutor do desenvolvimento econômico e social, o país teve o maior crescimento econômico da história. Hoje a tarefa é ainda maior: não apenas reindustrializar, mas renovar seu parque industrial, ainda da época da segunda revolução industrial. Portanto, a demanda atual é por inovações e novas tecnologias. Atendendo os desejos do mercado e da mídia corporativa, os governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) fizeram com que o Brasil desabasse da sexta para a décima terceira economia do mundo. O desafio de Lula é inverter esse processo.

A CUT apoia o projeto

A reindustrialização é uma das principais pautas da classe trabalhadora. Na visão da CUT, sem uma indústria forte, nenhuma nação consegue se desenvolver, gerar empregos de qualidade e dar um padrão de vida decente ao seu povo. Recentemente, a CUT, juntamente com outras entidades, criou a IndustriALL Brasil, para ser um braço da IndustriALL Global Union, entidade que representa 50 milhões de trabalhadores em mais de 140 países. Segundo a direção da CUT, a IndustriALL Brasil foi fundada pra fomentar e criar propostas e projetos políticos para reindustrializar o país à luz das demandas da classe trabalhadora.

Bancários cobram combate ao assédio e valorização das mulheres



A pedido do Comando Nacional dos Bancários, a Fenaban se comprometeu a acolher a pauta de reivindicações da categoria para o combate à violência de gênero e contra a desigualdade entre homens e mulheres no trabalho. A manifestação aconteceu dia 14/03, ao final das discussões em torno da mesa de Igualdade de Oportunidades. Segundo pesquisa do Dieese, no mercado de trabalho, as mulheres ganham, em média, 21% menos que os homens.

Na categoria bancária, a desigualdade é um pouco mais aprofundada: a remuneração delas é 22,2% menor que a média dos colegas do sexo masculino. Quando se trata da mulher preta, a desigualdade é maior ainda. Durante a reunião com a Fenaban, a Contraf-CUT lembrou que, no Dia Internacional da Mulher (08/03), o governo federal lançou uma série de medidas, incluindo recursos para capacitar mais

de 40 mil mulheres em situação de vulnerabilidade, na educação profissional e tecnológica, além da criação da Política Nacional de Inclusão, Permanência e Ascensão de Meninas na Ciência, Tecnologia e Inovação, com a destinação de R\$ 100 milhões para chamadas públicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para a Contraf-CUT, agora os bancos precisam fazer a sua parte. A Fenaban se comprometeu em desenvolver várias ações e marcou para o dia 30 de março um novo encontro, no qual os bancos, movimento sindical e as ONGs contratadas para implementar as propostas contra o assédio voltarão a debater essa pauta.



Acesse e leia mais!

BB atende pedidos do movimento sindical e amplia trabalho remoto

Atendendo a reivindicação do movimento sindical, o Banco do Brasil ampliou os avanços no teletrabalho remoto institucional (TRI). A medida foi anunciada três dias após a mesa de negociações sobre o tema, que aconteceu na tarde de segunda-feira, 13/03, com a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB). A implementação do TRI é uma luta antiga das trabalhadoras e dos trabalhadores. Mesmo antes da pandemia os representantes dos funcionários do BB já reivindicavam a implantação do *home office*. O BB aprovou a ampliação de 30% para 50% o

total da equipe que pode exercer simultaneamente suas atividades de modo remoto, nos prefixos habilitados, com possibilidade de reavaliação dentro de seis meses. Além disso, esse percentual está separado do teto de ausências físicas programadas, como férias e abonos. O banco informou que a implementação dessa medida será a partir do dia 21 de março.



Acesse e leia mais!

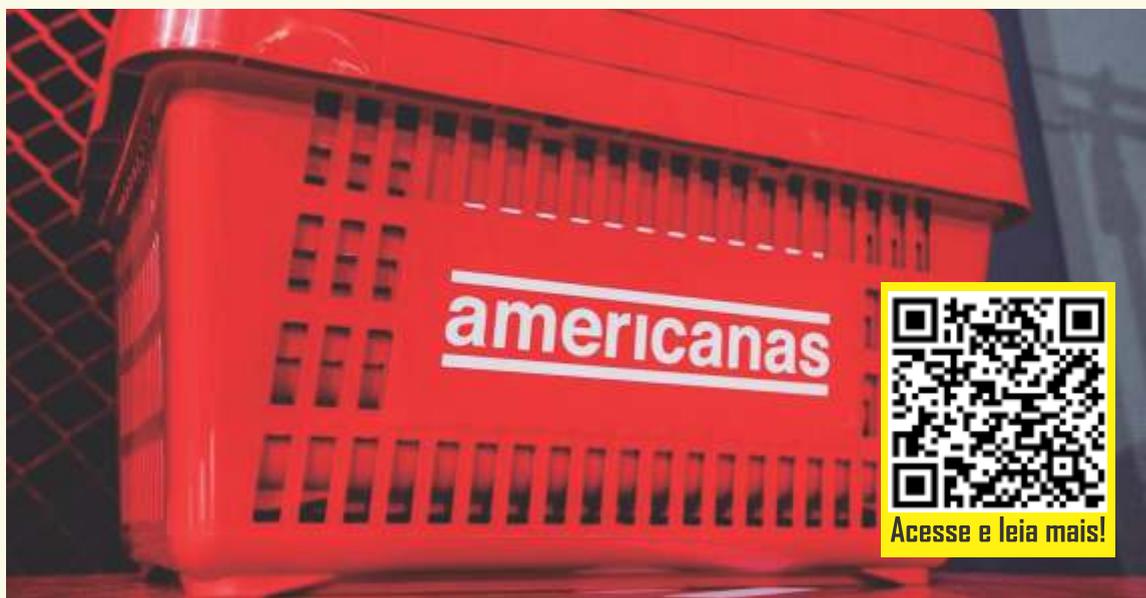
CAIXA Rita Serrano e Contraf-CUT debateram demandas dos empregados



A nova presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Rita Serrano, reuniu-se com o Comando Nacional dos Bancários para tratar das demandas dos empregados da entidade. O encontro foi realizado dia 13/03, por meio de plataforma digital. No encontro, Rita recebeu informações e uma série de reivindicações, consideradas históricas pelos empregados da Caixa. A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, afirmou que o encontro “é um claro sinal de mudança na direção do banco, que agora ouve os trabalhadores e se compromete em valorizar a mesa permanente de negociação”. A Contraf-CUT destacou que com essa postura da direção da Caixa é possível retomar a negociação das pautas que foram abandonadas nos últimos anos pela gestão anterior. Os empregados receberam com empolgação a promessa de que será excluído o programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) e que os critérios serão revistos. Por outro lado, o banco está promovendo a democratização do sistema de comunicação da empresa, que, entre outras medidas, inclui o retorno do espaço de comentários dos funcionários no Jornal da Caixa, que havia sido suspenso pelo ex-presidente Pedro Guimarães. Outro avanço é o programa de Diversidade e Inclusão, contra discriminação por raça, cor, gênero, orientação sexual, idade ou deficiência. O movimento sindical também cobrou a retomada das contratações e distribuição mais justa da PLR. Uma nova reunião está marcada para o dia 23/03.

Rombo na Americanas

Bradesco socializa prejuízos com empregados e sociedade



O Bradesco registrou lucro recorrente de R\$ 1,595 bilhão no quarto trimestre de 2022. A queda foi de 75,9% na comparação anual. O lucro do Bradesco foi menor porque a instituição computou integralmente como perda a dívida de R\$ 4,9 bilhões da rede Americanas. No entanto, o Bradesco fez uma jogada contábil e socializou o prejuízo com a sociedade e com os próprios empregados.

Ao provisionar 100% do calote, o banco deixou de pagar R\$ 1,8 bilhão em impostos federais. Com a redução do lucro, o Bradesco reduziu a PLR 2022 dos funcionários em torno de 14%. Uma injustiça, pois esse valor não pode ser recuperado, sem falar nos outros problemas que os empregados enfrentam no dia a dia,

sendo o principal deles a ameaça à saúde pelo cumprimento de metas cada vez mais desumanas.

A socialização desse prejuízo feita pelo Bradesco é esdrúxula porque não se trata da inadimplência de milhares de pequenos comerciantes. É a dívida de um único CNPJ, que entrou em recuperação judicial e tem sócios bilionários que poderiam tapar o rombo. Vale lembrar que o Bradesco fez a operação assumindo todos os riscos. Se a operação fosse exitosa, os dividendos seriam pagos integralmente aos acionistas com isenção fiscal e sem a participação da sociedade nesse lucro. Não é justo, portanto, a população pagar pelos prejuízos de um banco privado.

Governo atende reivindicações históricas da CUT

Pelo menos três reivindicações pelas quais a CUT luta há décadas foram anunciadas pelo governo do presidente Lula (PT), no Dia Internacional da Mulher, 08/03: a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do combate à violência; a ratificação da Convenção 156, que prevê igualdade de oportunidades e de trata-

mento para homens e mulheres com encargos familiares; e um Projeto de Lei determinando a igualdade salarial entre os gêneros. A CUT destaca que foi uma conquista histórica das mulheres, mas alerta que a luta ainda continua, porque nos três casos, as medidas precisam ser analisadas e aprovadas por deputados e senadores.

TST pode anular perdas de direitos com Reforma Trabalhista

A Reforma Trabalhista, que retirou mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitiu o aprofundamento da precarização e retirou renda do trabalhador e da trabalhadora, pode sofrer mudanças importantes, com a anulação de regras que passaram a valer a partir de novembro de 2017, após o governo do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) conseguir aprovar no Congresso Nacional o projeto que previa a retirada desses direitos. A decisão sobre a revogação está nas mãos dos 26 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que votarão se estão de acordo com os membros da própria Corte que compõem a

Seção de Dissídios Individuais, que por sete votos a seis entenderam que os trabalhadores que já tinham contratos de trabalho antes da aprovação da reforma não poderiam ser enquadrados no novo regime. Isto significa que, se o patrão retirou algum direito de quem já atuava na empresa antes de novembro de 2017, vai ter de pagar os salários e benefícios de acordo com as regras que constavam no contrato e não de acordo com a nova Lei. Para os trabalhadores contratados após a reforma valem as novas regras.

Contrato intermitente fracassou e o trabalho precarizado aumentou



Criado pela Reforma Trabalhista no governo Michel Temer (MDB) o 'trabalho intermitente', modalidade que permite às empresas contratarem formalmente sem garantias sequer de que o trabalhador vá receber ao menos um salário mínimo no fim do mês, fracassou. As contratações por meio do novo modelo ficaram muito abaixo das expectativas. O motivo é que, apesar de ser a legalização do bico e representar insegurança e instabilidade para o trabalhador, o contrato intermitente de trabalho é uma modalidade formal. Segundo os especialistas, as empresas preferem continuar contratando trabalhadores sem nenhum vínculo empregatício, de forma precarizada ou com vínculo com terceirizadas. A realidade do trabalho intermitente, além das promessas não cumpridas de geração de emprego feitas pelos governos Temer e Bolsonaro, comprova o que alertava a CUT e o movimento sindical: que o empresariado buscava o desmonte generalizado de direitos da classe trabalhadora e não uma atualização. A alta informalidade no país continua e é um desafio para o atual governo e para a classe trabalhadora.